

Barbosa Lima Sobrinho *

Confesso que me assusto quando vejo alguém, mesmo sem maiores títulos de competência, no assunto da dívida externa brasileira, pretender que tudo se resolve com a entrada de *dinheiro novo*. Fico com a impressão daqueles fidalgos antigos, batendo à porta dos usuários, tipo Harpagão e Shylock, que os tratam com sobrançeria e desdém. E meu raciocínio é elementar. Se o Brasil não tem condições para se libertar de uma dívida de 114 bilhões de dólares, como pretender aumentá-la? Será que esse dinheiro novo viria de graça? Ou reduzindo alguma coisa da dívida antiga?

Uma dívida, afinal, que é o maior responsável pela inflação que nos castigava, quando se tornou diária, ou quando sofremos a aplicação de remédios que não hesitam em recorrer ao seqüestro das cadernetas de poupança que nos parece ser, numa época de seqüestros, com a prisão de tantos seqüestradores, o único que permanece sem solução, reivindicando até as medalhas lustrosas com que se enfeita o peito dos comendadores. Não será também efeito dessa inflação a desvalorização crescente da moeda nacional que só não chega a atravessar a barreira dos noventa cruzeiros por um dólar devido a esforços do Banco Central, que não mede sacrifícios, e despesas, para fugir ao que poderia ser uma espécie de derrota para o plano da equipe econômica do governo Collor?

E o mais grave é que o funcionalismo federal acabou respondendo pelo déficit público, de que vinha decorrendo o surto inflacionário, quando a verdade é que bastava a compra dos dólares, para pagar uma ou outra prestação da dívida, para exigir a emissão do papel moeda e o lançamento de títulos da dívida interna para trazer, como consequência, uma inflação de mais de um por cento ao dia. Se o Governo não tinha dólares, precisava comprá-los aos donos dos dólares, que eram os exportadores de mercadorias brasileiras. Ou comprar ou confiscar, como se fazia no Banco Central, atribuindo ao dólar um valor abaixo das cotações do mercado, o que já era uma preparação para o confisco da caderneta de poupança e dos saldos das contas correntes, nos bancos de todo o país. Tanto mais que o cruzeiro ou o cruzado não valiam como moeda senão nos limites do território nacional e, quando muito, em regiões limítrofes, em países também atolados na inflação, ou numa inadimplência sem solução.

Na verdade, uma situação que não podia ser considerada novidade, pois que, em relação às dívidas externas, vinha ocorrendo desde a época da Independência, quando já não podíamos atender às obrigações impostas no primeiro empréstimo, com o pagamento em libras esterlinas, que também precisávamos comprar a um comércio exportador deficiente e precário, numa fase que tinha horror a qualquer idéia de confisco e ainda não possuíamos um Banco Central, com poderes correspondentes a um despotismo financeiro.

E se passaram tantos anos, mais de um século e meio, encontrássemos o Plano Cruzado, trocando o dólar pelo cruzado, numa equivalência perfeita, um dólar por um cruzado, não podíamos deixar de ficar estarecidos quando os dez bilhões de juros da dívida externa passaram a exigir 71 bilhões de dólares pelo câmbio comercial, ou mais de oitenta bilhões pelo dólar paralelo. O que se podia explicar não só pela desvalorização da moeda brasileira, como também pelo regime de iniquidade da relação de trocas, que reduzia a uma simples feitoria tantas nações, que se consideravam independentes.

Tudo dentro de um figurino colonialista, com uma turma de financistas ingênuos e temerários, que pensavam resolver tudo *rolando* o pagamento dos juros, como se estivessem em suas mãos as rédeas do poder. O tempo se encarregaria de demonstrar que eles não estavam *rolando* a dívida, mas tão-somente *afundando* a nação e criando um novo fator para a depreciação da moeda brasileira. E fazendo com que o pagamento de juros subversivos, na linguagem indulgente de Joelmir Betting, passasse a exigir a miséria e a fome do povo brasileiro, como já nos dizia Tancredo Neves. Embora já fosse uma solução para o capitalismo que o dólar valesse cada vez mais, diante de

uma moeda que vinha descendo pela sarjeta. A equivalência estabelecida no Plano Cruzado, a 28 de fevereiro de 1986, cedia terreno a um dólar que não parava de subir. E essa vertiginosa ascensão do dólar trazia, para os países dos credores, maiores facilidades de exportação, com preços altamente vantajosos, no que se poderia considerar uma inadimplência remunerada, como compensação para a demora dos pagamentos. O que também concorreu para diferenciar, ou distanciar, o interesse dos bancos, de um lado, e o interesse dos exportadores dos países ricos, criando uma situação desconfortável para os próprios bancos que, com as suas exigências, ficaram em oposição aos interesses comerciais dos exportadores de seu país.

Os bancos e os exportadores se encontraram, de um momento para outro, em campos opostos. Como o Brasil, por exemplo, poderia importar peças com que modernizar seu parque industrial, se tivesse que pagar, regularmente, os juros de sua dívida externa? O que trazia novo elemento, para o julgamento dos responsáveis por uma dívida acima de nossas condições de pagamento, quando tinham, como consequência, a redução da capacidade de importação, e condenando a nossa indústria a um processo de sucateamento, comprometendo nossas condições de concorrência, quando se defrontaria a um dilema fatal, ou pagar a dívida, ou melhorar nossas condições de competitividade. Seria, aliás, a oportunidade para estudar a utilidade de empréstimos, que nunca traziam dólares para o Brasil. E recordar as lições de um dos maiores financistas com que contou o Brasil, Amaro Cavalcanti, que levava a sério as finanças nacionais, sem se deixar arrastar pela fantasia dos que entendem que a inteligência pode resolver tudo, a exemplo desses pelotiqueiros que conseguem manter, no ar, não sei quantos volumes ou pratos de louça.

Não sei quantas vezes tenho lido ou meditado a respeito do que nos dizia Amaro Cavalcanti, a respeito das dívidas externas, no seu livro *Elementos de Finanças*. Escrevia ele, na página 330, que "a situação, de que o produto do empréstimo externo representa um aumento do capital ou da riqueza nacional, não tem, aos nossos olhos, o valor que se lhes atribui. O alheio, mas cedo, ou mais tarde, voltará para o seu dono e, em regra, em soma dupla ou mais que dupla da importância realmente recebida". E acrescenta, em seguida: "O fato, porém, não sucede assim, quando se trata de dívida pública. Em geral, o Estado contrai empréstimo para fins improdutivos, tais como a satisfação de déficits orçamentários, a compra de material bélico etc. e, as mais das vezes, o dinheiro *tomado* ao estrangeiro é deixado no próprio estrangeiro, em satisfação de compromissos anteriores. De maneira que, bem examinadas as cousas, verifica-se que a única vantagem dos empréstimos externos é liquidar uma situação financeira difícil, pelo contraimento de novos encargos, que poderão criar, de futuro, uma situação ainda pior."

Não foi isso que aconteceu com os ministros que se incumbiram de *rolar* a dívida externa, no período dos governos militares? João Goulart deixara uma dívida de cerca de três bilhões de dólares. Pois de 1964 a 1985 a dívida subiu para cerca de 100 bilhões de dólares e com o governo do Sr. José Sarney passou para 114 bilhões. E não há ninguém que possa prever o limite desses empréstimos, que não descem nunca, mesmo quando são pagos os juros vencidos. Não posso esquecer os dados que encontrei através do Banco Mundial, que de 1982 a 1986 o Brasil pagou 73 bilhões de dólares, enquanto a dívida subiu para 110 bilhões. Quando fiquei a pensar que nossos governantes soltam foguetes, quando vêm atendido um pleito para alguns milhões de dólares. E imaginei o que poderia ser a utilização de dez ou doze bilhões de dólares, correspondentes ao pagamento de um ano dos juros, se destinados ao financiamento do nosso desenvolvimento econômico. O que, em suma, não passava de um sonho, quando a realidade é que, através dos empréstimos externos, não conseguimos sair da dependência de um regime colonial, que se eterniza, não obstante a declaração de uma independência política que não nos proporciona, realmente, independência econômica, não menos importante que importante que a independência política.